

# *Percepções do mundo urbano: as visões espanhola e asteca*

**Rogério Basile**

Mestre em História Política pela UERJ

*“Quien no poblar no hará buena conquista, y no conquistando la tierra, no se convertirá la gente”*

López de GÓMARA, *História General de las Indias*. 1532

Quando se trabalha com a Conquista da América e a organização do império espanhol no Novo Mundo, poucas são as frases tantas vezes citadas quanto a do eclesiástico Francisco López de Gómara, mesmo este jamais tendo pisado na América<sup>1</sup>.

Talvez isso se deva à notável capacidade que a frase possui em sintetizar alguns dos elementos mais importantes da empresa espanhola no Novo Mundo. Se a evangelização despontava como justificativa fundamental do empreendimento, ‘conquistar a terra’, ou seja, garantir o controle sobre aquele espaço, era o único meio viável de se alcançar tal fim, o que só poderia ser realizado através de seu povoamento.

Desse modo, já em 1542 a *Real Provision* de Carlos I destacava que<sup>2</sup>

*(...) aviendo muchos años ha tenido voluntad y determinacion de nos ocupar de espacio en las cosas de las yndias por la grande ymportancia dellas asi en lo tocante al seruicio de dios nuestro señor y abmento de su sancta fee catholica como en la conseruacion de los naturales de aquellas partes y buen gouierno y conseruaioion de sus personas (...),*

sendo estas as motivações para as *ordenanzas* que se seguiriam. Tais intenções foram ratificadas e esmiuçadas nas *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y*

*pacificación de las Indias* de Felipe II, de 1573<sup>3</sup>, onde se encarregava o ‘descobridor’<sup>4</sup> de, após informar as descobertas à Audiência e enviar um relato do processo ao Conselho das Índias, iniciar o processo de povoamento. Desse modo, na seqüência desejada para a continuidade dos processos de ‘descobrimientos’ e ocupação do território americano – um movimento cíclico – ordenava-se que

*(...) lo questa descubierto paçifico y debaxo de nuestras obediências se pueble asi despañoles como de indios y en lo poblado se de asiento y perpetuidad en entrambas repúblicas (...) Haviendose poblado y dado assiento en lo questa descubierto paçifico y debaxo de nuestra obediência se trate de descubrir y de poblar lo que con ellos confina y de nuevo se fuere descubriendo (...)*

Tais *Ordenanzas* de 1573, ao passo em que estabeleciam as direções a serem seguidas por aqueles que estavam encarregados de descobrir e povoar, para assim assegurar a evangelização, deixavam transparecer, ainda, tanto o desejo de controle do processo pelo poder central – após uma primeira e perigosa fase inicial onde os ‘descobridores’ acabaram por exacerbar o uso do poder, ameaçando tornar-se unidades quase autônomas – quanto o objetivo de que a ocupação se desse de uma forma ordenada.

‘Povoamento, evangelização, controle e ordem’ eram, nesse sentido, palavras-chave para o projeto imperial elaborado pela Espanha para a América. Esse projeto, como não poderia deixar de ser, estava inserido dentro de uma determinada cultura política vigente na península naquele momento. O significado pragmático e simbólico dessas quatro palavras dentro dessa cultura política será discutido mais adiante. O importante no momento é frisar que o ponto de convergência de todas elas, o local de onde seu próprio exercício pôde se dar, foi o ‘espaço urbano’. O estabelecimento de cidades e vilas foi o modelo básico de povoamento aplicado a toda a América hispânica, com estruturas físicas ordenadas – que deveriam garantir também a ordem interna dessas novas comunidades implantadas – o que facilitaria o controle pela Coroa de cada aspecto de seus domínios ultramarinos. Do mesmo modo, o processo de evangelização, após um período inicial de experimentações e amadurecimento, encontrou nas reduções e missões um espaço privilegiado para sua execução, implantando as bases de um processo específico de urbanização, uma vez que foram as matrizes de muitos *pueblos* de índios.

*Maracanan*

A cidade implantada na América espanhola, portanto, não era uma cidade ‘orgânica’ como a medieval, que nascia e se desenvolvia de acordo com as necessidades e circunstâncias: tratava-se de uma cidade ‘pensada’, uma vez que sua fundação deveria, ao menos em tese, ser autorizada, devendo assim se encaixar dentro do planejamento imperial maior, e acompanhar um projeto ordenador pré-determinado. Além disso, era uma cidade que surgia acompanhando uma visão específica sobre um mundo urbano que já era, entre os séculos XV e XVI, objeto de reflexão e valoração.

Ora, é necessário levar em conta que uma cidade não é apenas sua estrutura física: todos os espaços urbanos são, entre outras coisas, também uma projeção de um certo imaginário no espaço. Sua concepção envolve intenções e expectativas, e a forma como é encarada pode variar entre os extremos da salvação ou perdição, do espaço sagrado ou do local do profano.

Por ocasião da Conquista, podemos identificar pelo menos quatro elementos dos quais derivava uma visão ibérica de cidade ideal, se fundindo e reinterpretando desde o século XIII, conforme definiu Richard Morse: em primeiro lugar, a noção grega de pólis, uma entidade ‘política’ de grupos integrados funcionalmente. No mundo hispânico, a ‘vizinhança’ era a categoria comunitária mais básica do reino, de onde emanava a identificação do indivíduo com uma determinada localidade. No século XVI, uma pessoa, para ser considerada ‘natural’ da Espanha precisava primeiramente ser ‘vizinho’ de dada comunidade<sup>5</sup>. Temos, desse modo, a identidade local como elemento fundamental para a construção de uma identificação com o próprio reino. O mais curioso é notar que o que determinava quem poderia ou não ser ‘vizinho’ de dado povoado, a despeito de uma infinidade de disposições locais que sofriam grande variação, em última instância se resumia a ter afinidade com aquela comunidade, ou seja, ter apreço por ela suficiente para desejar ser vizinho dela. Uma característica, portanto, de natureza holista, determinava a relação do indivíduo com o Reino.

Em segundo lugar, a noção imperial romana de que a municipalidade era um instrumento para ‘civilizar’ povos rurais. A cidade era, nesse sentido, o modelo ideal de organização coletiva humana, a forma ‘perfeita’, como defendida por Aristóteles e reiterado por Bartolomé de las Casas em sua *Apologética História Sumaria*. Essa concepção que opunha a *pólis* civilizada à barbárie dos não civilizados persistiu pela maior parte da história da América ibérica, chegando

*Janeiro | Dezembro 2011*

a Sarmiento, em sua obsessão pelas cidades como focos civilizadores através de uma educação letrada. Essa dicotomia entre os mundos urbano e rural está presente ainda no terceiro elemento identificado por Morse, a noção agostiniana de uma Cidade de Deus, que opunha um paradigma de perfeição cristã aos vícios da cidade terrena. Podemos identificá-lo nas missões e reduções de jesuítas e franciscanos que acreditaram no isolamento do mundo de vícios do conquistador como uma forma de preservar o indígena, contextualizados, nesse sentido, os milenarismos que a salvação desses povos envolvia.

Por fim, podemos citar as visões edênicas de que cidades do ouro e o paraíso terrestre poderiam ser descobertos em terras distantes, ou mesmo de cidades de pobreza, humildade e devoção que poderiam ser erigidas no novo continente. Em nenhum momento posterior foi forte como no XVI a crença no fantástico, onde as Amazonas, o *El Dorado* e o Reino de Preste João foram o destino de muitos descobridores.

Embora alguns destes elementos se tornassem mais explícitos na fala de juristas, teólogos e missionários, eles encontravam-se introjetados na mentalidade dos colonizadores e construtores de cidades. Assim, quando Gómara descreve a reconstrução de Tenochtitlán empreendida por Hernán Cortez, podemos perceber muito dessa visão implícita em suas palavras:

*Quisó Cortés reedificar a Mexico, no tanto por el sitio y majestad del pueblo quanto por el nombre y fama, y por hacer lo que deshiro; y así trabajó que fuese mayor y mejor e más poblado. Nombró alcaldes, regidores, almontacenes (...) y los demás oficios que há menester un consejo (...) habiendo señalado suelo para iglesias, plazas, atarazanas y otros edificios públicos e comunes. Mandó que el barrio de españoles fuese apartado del barrio de los indios (...)*<sup>6</sup>.

Por um lado, o espaço foi reedificado por seu significado simbólico, já que Cortéz poderia perfeitamente edificar uma nova cidade para servir como centro administrativo da região que então conquistava. O próprio Cortéz, após concluir seu orgulhoso trabalho, afirma

Depois de reconstruída a cidade, passei para lá com toda gente de minha companhia e a cada um dos que foram conquistadores em nome de vossa alteza dei um solar dos nobres que ali viviam<sup>7</sup>.

*Maracanan*

Talvez a escolha das antigas residências dos nobres astecas para ser distribuída entre os homens que Cortéz queria premiar tenha se dado por motivos mais pragmáticos, como o fato de serem as melhores habitações, mas talvez possamos detectar nessa opção também um certo simbolismo. A própria utilização do termo nobre indica uma associação ou transferência de valores culturais bastante relevantes, se consideramos que se tratavam de homens cujas motivações incluíam, como veremos, fortes intenções nobiliárquicas.

Por outro lado, Cortéz logo tratou de erigir as instituições das quais um centro urbano como o entedia o espanhol não podia prescindir. E, embora separados em bairros diferentes, os índios deveriam permanecer na cidade, única forma de serem aculturados – ou melhor, ‘civilizados’, o que, em última instância, também significava ‘evangelizados’.

Esta função ficou a cargo dos missionários, em especial franciscanos, que desde cedo se dedicaram ao combate das idolatrias. Parte essencial desse trabalho era, uma vez mais, a reconfiguração do espaço. Serge Gruzinski<sup>8</sup>, que estudou exaustivamente o papel da utilização de imagens como instrumento pedagógico pelos evangelizadores, mostra como a destruição de ídolos, manuscritos pintados, baixos-relevos, afrescos e monumentos foi apenas uma primeira etapa do processo: era necessário capturar o imaginário dos nativos e para isso a própria ordem visual era um forte condicionador. Para tanto, foram importados da Europa gravuras, estátuas e quadros que forneciam a imagem de mundo que se queria propagar.

Ainda mais significativo era o gesto, já efetuado pelos primeiros conquistadores, de colocar nos santuários pagãos efígies das divindades cristãs, gesto simples que ressacralizava aquele espaço. Com a consolidação do domínio espanhol, os antigos templos foram derrubados, e em vários casos, sobre o mesmo local, erguidas igrejas. Em pouco tempo o México estava repleto de edificações cristãs que impunham uma nova ordem visual a seus habitantes e tornava aquele solo qualitativamente superior ao do mundo profano que o rodeava. Tratava-se da implementação de uma

*arquitectura monástica, que cubrió la tierra mexicana con sus redes de capillas, Iglesias y conventos, [o que] contribuyó poderosamente a crear un paisaje monumental que apoyaba la difusión del orden visual occidental<sup>9</sup>.*

*Janeiro | Dezembro 2011*

O poder de consagração do solo que tais construções possuíam no imaginário espanhol está claro nas palavras do frei Geronimo de Mendieta quando, após descrever a edificação da igreja de São Francisco do México e multiplicação de templos católicos, nos diz:

*Y así como se iban haciendo las iglesias de los monesterios, iban poniendo el Santísimo Sacramento, y por el conseguinte cesando los aparecimientos y ilusiones del demonio, que antes de esto eran muy continuas*<sup>10</sup>.

O poder dos templos após consagrados, por si só, seriam assim capazes de modificar o próprio espaço natural a seu redor:

*Una cosa notable acaeció cuando se puso el Santísimo Sacramento en Mexico, y fué que un volcan muy alto que juntamente con otra alta sierra cerca de él suelen estar nevados mucha parte del año y echaba siempre humo, cesó de lo echar desde enctonces por espacio de casi veite años, y despues volvió á echarlo como ahora lo echa*<sup>11</sup>.

Percebemos, então, que no momento em que se iniciou o processo de ocupação do território hispano-americano, subjazia no colonizador uma visão de cidade rica em simbolismos, mesmo que inconscientes. O urbano, a municipalidade, a ordem, o espaço sagrado são todos termos que de algum modo encontravam-se introjetados nesse homem e que guiavam suas ações. A cidade moldou o homem tanto quanto o homem moldou a cidade, num processo circular.

Em grande parte isso se deve ao momento específico em que se encontrava a Europa, que correspondia ao período de separação entre as palavras e as coisas, trabalhada por Foucault. Nessa fase, a nova visão dos signos teria tornado possível a idealização das cidades regida por uma razão ordenadora, criada a partir de linguagens simbólicas, dentre as quais se poderia destacar o papel da matemática e do desenho gráfico com seus planos. Tratava-se ainda do momento em que a palavra escrita tornou-se a única ‘verdadeira’, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Palavra que poderia atravessar o oceano para garantir o controle de uma sociedade em processo de moldagem.

*Maracanan*

Por tudo isso, a cidade hispano-americana era, para Angel Rama, antes de tudo um fruto da razão, inscrita em um ciclo da cultura universal onde passou a representar o sonho de uma ordem. E a América se mostrou uma oportunidade única para a imaginação, uma vez que representava, ao menos teoricamente, uma ‘tábula rasa’ para um novo modelo de urbanização, para a criação de um formato perfeito para o modelo ideal<sup>12</sup>.

Desde suas origens, portanto, as cidades americanas teriam uma dupla vida: uma correspondente à ordem física e outra à ordem dos signos. Sua fundação, mais do que erguer a cidade física, criava uma sociedade, e esse próprio estágio do ‘fundar’ – enquanto projeção física de um imaginário sobre o urbano – é particularmente rico em simbolismos.

Como destaca Centurião, o próprio ato de fundação em si revestiu-se de características inéditas no solo americano, lembrando que nos séculos XV e XVI a fundação de uma cidade era um fato raríssimo na Europa. Havia uma mentalidade holista em todos os processos de estabelecimento de núcleos urbanos, com elementos que remontavam o medievo transportados para essa nova situação. Em todos os atos fundacionais das cidades hispano americana haveria uma temática comum, um modelo, no qual a plasticidade dos elementos, a propriedade do gesto, a dramatização impressa a cada uma das partes transcenderiam aos limites do ato em si, inscrevendo-se mais em uma representação com alto teor simbólico no âmbito do sagrado, do cósmico, do universal. Não faltavam ritos arcaicos de fundação, como combates simulados entre a luz e as trevas, onde a cidade, enquanto obra divina e civilizatória, se opunha a uma natureza caótica e amorfa, que remontavam a um passado mítico no qual sentia-se a importância de proteger a cidade ou vila contra as forças demoníacas, a doença e a morte<sup>13</sup>. A cidade, nesse sentido, era um espaço sagrado, qualitativamente superior aos demais, e através da ritualização o espanhol uma vez mais ordenava seu mundo.

São bastante representativas, nesse sentido, as instruções para fundação de um povoado de Vargas Machuca, experiente conquistador que, em uma obra escrita em 1599 onde descreve todas as virtudes e qualidade de um *caudillo*, tenta sistematizar todos os conhecimentos necessários para que este comande expedições bem-sucedidas, do equipamento necessário à empreitada às estratégias mais eficientes para a atuação no Novo Mundo. Após as populações locais terem sido ‘pacificadas’, condição inicial indispensável para o

*Janeiro | Dezembro 2011*

erguimento de uma cidade, e o sítio apropriado ter sido escolhido, se seguiria o cerimonial de fundação descrito em um tópico sugestivamente intitulado *la fuerza de poblar una ciudad*: após fincar um tronco em um buraco em uma área plana, espanhóis, o cacique dos índios pacificados e o próprio conquistador deveriam pôr as mãos sobre ele, que simbolizaria seu ‘parlamento’. Após isso, tomaria uma faca com a qual já teria previamente se aparelhado, fincaria no tronco e voltando-se aos presentes diria as palavras ensaiadas que efetivariam a criação da cidade. Em seguida, portando todas as suas armas, brandiria sua espada com expressão de fúria, dizendo então:

*Caballeros, ya yo tengo poblada la ciudade de Sevilla [ou qualquer outro nome que o valesse] en nombre de su magestad si hay alguna persona que lo pretenda contradecir salga conmigo al campo, donde lo podrá batallar, el cual se lo aseguro, porque en su defensa ofrezco de morir, ahora y en cualquier tiempo, defendiéndola (...) como caballero hijodalgo (que quando no lo sea el tal caudillo de sangre, lo es por el privilegio concedido a los tales conquistadores)*<sup>14</sup>.

Por fim, o caudilho cortaria com sua espada as plantas e ervas do sítio, sujeitando assim a futura cidade a determinada audiência ou governador, fincando logo em seguida uma cruz no local reservado para a *plaza* central onde se erigirá uma igreja, com um sacerdote já preparado para rezar a missa para os soldados presentes.

Podemos então perceber, além de todo o simbolismo e dramatização do ato – presentes no fincar do tronco, seguida da faca a ser cravada no mesmo, no corte da vegetação e ervas – primeiro, a valorização da atitude cavaliheirista permeando todo o ritual, principalmente quando o *caudillo* desafia aqueles que ousarem se interpor no curso dos eventos oferecendo sua vida pela cidade e, segundo, o ideal aristocrático na possibilidade de um enobrecimento ao tornar-se um *caballero hidalgo*, se não por sangue, pelo valor dos feitos daquele que conquista, pacifica e povoa.

Após o ritual ‘nobiliárquico’, seguia-se o fundamental cerimonial cristão, uma vez que “a fundação de uma cidade era um ato litúrgico que santificava a terra recém-apropriada (...) [que] exemplificava o ‘corpo místico’, que estava no centro do pensamento político ibérico”<sup>15</sup>. E a exemplo do batismo

*Maracanan*

católico, o ato de nomear a cidade tinha significado identitário intenso, como demonstra a não incomum transferência de local da própria cidade que, refundada, recebia o mesmo nome, mesmo que houvesse uma mudança na própria função econômica da cidade ou mesmo uma significativa flutuação do grupo que a habitava.

Desse modo, se Santo Domingo, Santiago de Guatemala e Panamá tiveram de ser refundadas e Vera Cruz foi mudada de lugar duas vezes, cidades como Concepción del Bermejo, Trujillo e Londres, na Argentina mudaram de lugar várias vezes, ao ponto desta última ter sido caracterizada por um cronista como a quase “portátil cidade de Londres, que não se consegue assentar em lugar algum”. Igualmente curioso é o caso da cidade de Mendoza, fundada em 1561 pelo governador do Chile, Garcia Hurtado de Mendoza para eternizar seu próprio nome às vésperas de ser substituído por um rival, refundada por seu sucessor um ano depois com o nome de La Resurrección<sup>16</sup>. A transposição da cidade, assim, não aparecia como algo notável na mentalidade espanhola, e muitas vezes uma cidade podia ser fundada já tendo em vista sua futura recolocação, como podemos ver na ata de fundação da cidade de Los Reyes, em Lima, 1535, caso onde ocorreu uma mudança no nome original da cidade, Xauxa, onde, conforme se lê em sua Ata de Fundação, se ordenou

*(...) por quanto quando el dicho pueblo de xauxa se fundo el sabia que la tierra no estaua vista para que el dicho pueblo estuviessen mejor fundado/ el hizo la dicha fundación del com adiantamento e condiçion que se pudiesse mudar en outro lugar que mejor pareçiesse/ e porque agora como dicho es conviene de los dichos pueblos se haga nueva fundación (...) que se llame desde agora para sienpre jamas la çibdad de los Reyes.*

A transposição da cidade o seu ‘rebatismo’ pouco importavam desde que o processo ocorresse dentro do processo jurídico adequado, em outras palavras, que estivesse sacramentado em um documento ‘escrito’ que assegurava sua autenticidade e retidão, o qual estava a cargo da figura fundamental do escrivão.

As atas de fundação, nesse sentido, eram os documentos-mor das novas cidades, que conferiam-lhes existência real dentro dos reinos. Nessas atas podemos encontrar, dentro de pequenas dessemelhanças, um modelo composto por uma quase invariável seqüência de elementos, como as justificativas

*Janeiro | Dezembro 2011*

para escolha do sítio, com uma relação de instruções específicas recebidas; o estabelecimento da administração da cidade, com a eleição ou nomeamento dos membros do *cabildo* e distribuição de cargos; a distribuição de lotes de terras para os povoadores ou população original – os *solares*; e uma referência ao traçado das ruas principais, definindo-se o local onde ficaria a plaza central com suas principais edificações, com destaque para a posição da igreja<sup>17</sup>. Tal seqüência representava a implementação do conjunto de elementos que ‘simbolizava e efetivava’ – ordem dos signos e ordem física – o estabelecimento da municipalidade.

O rigor – mesmo que muitas vezes apenas teórico – sobre o controle de cada etapa do processo por parte da Coroa demonstra o desejo de uma implementação física de um modelo almejado, uma forma idealizada no mundo dos signos. A Espanha, desse modo, como defende José Luis Romero, imaginou seu império no ultra-mar, em primeira instância, como uma rede de cidades, de “sociedades urbanas compactas, homogêneas e militantes, enquadradas dentro de um rigoroso sistema político rigidamente hierárquico e apoiado na sólida estrutura ideológica da monarquia cristã (...).”<sup>18</sup>

Soma-se ainda a esta complexa visão de espaço urbano hispânica o papel daquilo que Luiz Ricardo Centurião chama de “psiquê de homem da fronteira”. Constituída durante todo o longo processo de Reconquista ela teria sido fundamental para a constituição das instituições e do pensamento hispânico e responsável por suas mais originais especificidades no contexto da modernidade, que de algum modo encontrou continuidade no Novo Mundo<sup>19</sup>.

A Espanha somou à sua vivência medieval ibérica a experiência do processo de expulsão dos mouros, marcando sua própria forma de pensar o outro. É significativo o trecho da descrição de Tenochtitlán por Hernán Cortéz em sua segunda *Carta de Relacion*, quando se refere aos templos astecas:

Possui esta grande cidade muitas mesquitas ou casas de seus ídolos, todas de formosos edificios situados em todos os bairros. (...) Todos os filhos dos senhores importantes freqüentam estas mesquitas desde os sete anos até o casamento. As mulheres, todavia, não tem acesso a nenhuma casa de religião. Há uma mesquita principal que não existe língua humana que consiga descrever a sua beleza e as suas particularidades<sup>20</sup>.

### *Maracanan*

É bem claro que todos os cronistas sempre utilizaram suas próprias referências culturais para descrever aquilo que lhes era estranho, mas é interessante que Cortéz tenha escolhido a palavra ‘mesquita’ para descrever essas edificações. Embora sua própria matriz de signos tenha associado tais construções a edifícios religiosos, ele não os chamou de igrejas, abadias ou catedrais, preferindo relacioná-los aos espaços sagrados pagãos. Essa associação é realizada com bastante naturalidade em sua narrativa, sem observações ou comparações pejorativas, o que nos faz crer que em sua mente a transposição da Reconquista para essa nova situação se dera com espontaneidade como se um evento fosse, de fato, uma continuação do outro. A própria igreja quando começa a pensar sobre qual seria a situação religiosa do índio, busca no mouro o ponto de referência, mesmo que seja para sublinhar que são casos distintos, de modo que o tratamento para com cada um deve ser diferenciado. Ambos, no entanto, são o ‘outro’, e os parâmetros estabelecidos com a Reconquista ainda são referenciais<sup>21</sup>.

Como já colocava Sérgio Buarque de Holanda,

Os castelhanos (...) prosseguiram no Novo Mundo a luta secular contra os infiéis, e a coincidência de ter chegado Colombo à América justamente no ano em que caía, na península, o último baluarte sarraceno parece providencialmente calculada para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esforço e outro<sup>22</sup>.

O modelo de cidade implementado na América, nesse contexto, seguiu muito mais a orientação daquelas fundadas na área central da Espanha, como em regiões reconquistadas dos mouros, onde o setor comercial competia com interesses militares, eclesiásticos, agrícolas e pastoris; do que das do norte do país, onde as atividades mercantis eram mais ativas. Sobre esse fato, Angel Rama chama a atenção para o fato dessas cidades inverterem o processo ‘orgânico’ europeu: ao invés de, a partir de uma área agrícola, se dar um gradual desenvolvimento de um pólo urbano onde seria gerado um mercado e comunicações com outras áreas, na América se implementava inicialmente uma urbe em um local favorável, para a partir desta se gerar uma região agrícola que supriria as necessidades daquela<sup>23</sup>.

Torna-se bem claro, portanto, que se podemos identificar determinadas visões de cidade ideal relativamente comuns entre os povos ibéricos, devemos

*Janeiro | Dezembro 2011*

destacar o papel da Reconquista como um elemento diferenciador fundamental para o caso espanhol.

É pertinente reparar que, quando traçamos paralelos com as políticas ocupacionais francesa, holandesa e italiana para suas colônias ou entrepostos comerciais, a similaridade maior destas é com o caso português. O modelo espanhol surge como um formato original, para além de nossas visões sobre o homem ibérico, com sua percepção única da cidade.

E se podemos considerar a Reconquista e a mentalidade que a cercou como um primeiro elemento a gerar certa ‘originalidade’ no modelo povoador espanhol, um segundo fator central se relaciona, sem dúvida, com sua interação com as sociedades antigas da América e seu próprio mundo urbano.

Decerto as trocas culturais se dão no contato prolongado entre quaisquer povos e, fossem aruaques, araucanos ou tupis, influências sobre os recém chegados se deram em maior ou menor grau; porém, nas regiões das grandes civilizações, Incas e Astecas, a penetração cultural de elementos nativos se deu de forma ainda mais significativa. Isto, uma vez mais, relaciona-se com a existência de assentamentos urbanos de certo porte, com sua maior densidade demográfica e uma organização interna mais complexa.

Tomando aqui especificamente o caso do México, devemos assinalar que estamos falando de uma sociedade portadora de complexas instituições urbanas de âmbito administrativo, estatal-religioso e educacional, além de noções próprias e bem estabelecidas de espaço urbano. Assim se, por um lado, estas instituições que possuíam similaridades com as espanholas facilitaram o processo de aculturação do indígena através da transposição de um modelo para o outro, por outro, fez com que o colonizador tivesse de fazer adaptações em seu molde original, mesmo que com o objetivo de apenas facilitar seu controle. Se por um lado, o asteca teve sua visão simbólica de mundo urbano progressivamente reconfigurada a partir dos desígnios do espanhol, por outro lado, percebemos que isto não transcorreu de forma tão ‘natural’ e completa quanto este desejaria e, ademais, a própria magnitude deste mundo urbano indígena não deixou de legar marcas no imaginário de seu colonizador.

Vejamos por exemplo que, por ocasião da Conquista, a Cidade do México, que englobava então Tenochtitlán e Tlatelolco, desfrutava de tal esplendor que causou impacto em diversos recém-chegados, como Cortéz, Bernal Díaz e Andrés de Tapia, que lhe prestaram vasta e minuciosa descrição.

*Maracanan*

Tratava-se, na ocasião, de uma cidade sobre o lago de Texcoco que tinha a forma aproximada de um quadrado com cerca três quilômetros de lado, formada por uma rede geométrica de canais e aterros ordenada em torno de dois centros principais e inúmeros centros secundários. Nesta extensão se alternavam os canais com ruas largas e retas, mercados abarrotados de pessoas e produtos, templos ofuscantes, ocupados por uma população que Soustelle estima ter sido, dado as dificuldades de se precisar um número, algo entre quinhentos mil e um milhão de habitantes<sup>24</sup>.

A magnificência da cidade edificada sobre o lago e suas construções causaram, então, espanto em Bernal Diaz de Castillo:

*Y de que vimos cosas tan admirables no sabíamos qué nos decir, o si era verdad lo que por delante parecía, que por una parte en tierra había grandes ciudades, y en la laguna otras muchas, e víamoslo todo lleno de canoas, y en la calzada muchas puentes de trecho a trecho, y por delante estaba la gran ciudad de Méjico (...)*<sup>25</sup>.

Seu tamanho igualmente assombrou a Cortez:

Esta grande cidade de Tenochtitlán está fundeada em uma lagoa e desde a terra firme até o centro da cidade, por qualquer parte que se entrar, há duas léguas. Esta cidade é tão grande como Sevilha e Córdoba. (...) Há uma praça tão grande que corresponde a duas vezes a cidade de Salamanca, com pórticos de entrada, onde há cotidianamente mais de sessenta mil almas comprando e vendendo<sup>26</sup>.

O mercado, com sua grande movimentação e variedade de produtos também chamou a atenção de ambos. Cortez logo estabelece paralelismos com as referências de seu universo cultural, a Espanha, que em geral parece estar, no mínimo, em pé de igualdade com a capital asteca:

Há todos os gêneros de mercadorias que se conhece na terra (...) há casas como de boticários (...) há casas como de barbeiros (...) mas é preciso salientar que em cada rua é vendido apenas um tipo de mercadoria, havendo muita ordem quanto a isto. (...) Considerando

*Janeiro | Dezembro 2011*

ser esta gente bárbara e tão apartada do conhecimento de Deus, é de se admirar ao ver como tem todas as coisas. As pessoas andam bem vestidas, com boas maneiras, quase da mesma forma como se vive na Espanha. Nos mercados e lugares públicos há muitas pessoas e especialistas de determinados ofícios que ficam na espera de quem os venha contratar por jornadas<sup>27</sup>.

Também Castillo destaca a dimensão e dinâmica da praça central:

*(...) desde llegamos a la gran plaza, que se dice el Tatelulco, como no habíamos visto tal cosa, quedamos admirados de la multitud de gente y mercaderías que en ella había y del gran concierto y regimiento que en todo tenían (...)*<sup>28</sup>.

Segue-se então uma exaustiva descrição, que ocupa algumas páginas do relato do cronista, dos produtos que via sendo vendidos. Ao sentir até que a tarefa se estenderia por demais, já tendo dado exemplos o bastante, conclui:

*Ya querría haber acabado de decir todas las cosas que allí se vendían, porque eran tantas de diversas y calidades, que para que lo acabáramos de ver e inquirir, que como la gran plaza estaba llena de tanta gente y toda cercada de portales, en dos días no se viera todo*<sup>29</sup>.

Por fim, Castillo, ao passar uma vez mais pela praça, resume o impacto sinestésico que ela oferecia aos espanhóis que a contemplavam:

*Y después de bien mirado y considerado todo lo que habíamos visto, tornamos a ver la gran plaza y la multitud de gente que em ella había, unos comprando e otros vendiendo, que solamente el rumor y zumbido de las voces y palabras que allí había sonaba más que de una legua, e entre nosotros hobo soldados que habían estado en muchas partes del mundo, e en Constantinopla e en Italia y Roma, y dijeron que plaza tan bien compasada y con tanto concierto y tamaño e llena de tanta gente no la habían visto*<sup>30</sup>.

*Maracanan*

A partir destas passagens, podemos fazer algumas considerações iniciais a respeito de Tenochtitlán e o mundo urbano asteca. Estamos falando de um assentamento equiparável ou superior às urbes européias daquele período, dotado de uma grande dinâmica urbana. Uma cidade que possuía um elaborado sistema administrativo composto por duas hierarquias paralelas, uma militar e outra sacerdotal; um mercado que fervilhava em pessoas e produtos, onde toda sorte de pessoas executando tarefas especializadas se proliferava – além dos ‘barbeiros’, ‘boticários’ e ‘especialistas em determinados ofícios, pagos por jornada’, Cortez cita ainda, na mesma passagem, homens pagos para levar cargas e casas onde dão de comer e beber mediante um pagamento – possuindo ainda uma classe de comerciantes, os *pochteca*, em plena ascensão por ocasião da Conquista.

A mentalidade urbana que uma cidade deste porte gerou nos habitantes de Tenochtitlán acabou por se tornar formadora de um dos diferenciais desta região específica do que viria a ser o Império hispânico no ultra-mar. Schwartz e Lockhart nos chamam a atenção para como no México, de forma relativamente similar ao que ocorreu em Lima e distinta de outras regiões da América, conheceu, entre 1550 e 1650, um florescimento das corporações indígenas, guiadas por sua antiga nobreza que conseguira se adaptar às exigências do novo sistema. Desse modo, a despeito de sua grande perda populacional inicial, nesse segundo momento, mais estável, os impostos estavam sendo fielmente pagos, os deveres cristãos cumpridos e os conselhos das cidades tinham todas as suas cadeiras ocupadas, reunindo-se com frequência. Graças a isso, essas sociedades passaram e desfrutar de uma semi-autonomia na medida em que seus mecanismos básicos continuavam funcionando, com suas autoridades internas tradicionais sendo obedecidas. Apenas entre as décadas de 1630-1660, com o processo de hispanização se encontrando em um estágio mais acelerado, esse modelo entraria em decadência – momento no qual, porém, o trânsito cultural entre ambas as sociedades já se encontrava, também, em estágio avançado<sup>31</sup>.

É importante salientarmos que essa semi-autonomia que os *pueblos* indígenas puderam manter na área dos antigos domínios asteca, assim como sua tradicional nobreza, com parte de seus mecanismos internos de poder, apenas foi possível devido à existência de um mundo urbano pré-existente, dotado de elementos complexos e elaborados, e uma visão urbana que permeava seu

*Janeiro | Dezembro 2011*

imaginário, fatores que não podiam ser meramente soterrados por algum modelo externo inflexível. E, na medida em que os espanhóis precisariam constantemente dialogar com este mundo urbano e visão urbana para adaptá-los à realidade que desejavam construir (ou para adaptar seu modelo a uma realidade que não podia ser, em todo, contida), estes acabaram por se tornar destacados elementos de distinção identitária para a futura capital do Vice-Reino de Nova Espanha.

A persistência e consistência de tais elementos não é ocasional. Ocorre que a vida em assentamentos urbanos na mesoamérica já havia percorrido uma longa trajetória, marcada por permanências e discontinuidades. Já por volta de 1.300 a.C. a civilização dos Olmecas havia começado a desenvolver um proto-urbanismo, erigindo grandes complexos de construções, dentre os quais destaca-se o de La Venta, próximo ao golfo do México. Esses centros tinham finalidades principalmente religiosas, o que seria uma marca de toda a história urbana mesoamericana. Características desta ‘cultura-mãe’ da região seriam depois identificadas em espaços urbanos como os dos maias, dos zapotecas e, no vale do México, a preponderante cidade de Teotihuacán. Esta última deixaria também marcas indeléveis nos povos que a sucederiam, como os toltecas, última grande força unificadora da região antes dos astecas.

Estes, por sua vez, enquanto um povo originalmente nômade vindo do Norte, ao entrar em contato com os centros urbanos que disputavam entre si a hegemonia do vale, por ocasião de sua chegada, logo adotaram a vida sedentária, a agricultura, muitos ritos e a forma de governo das cidades toltecas tardias. León-Portilla considera como uma das grandes realizações dos mexicas o forjamento de uma certa imagem de suas próprias origens, desenvolvimento e identidade. Sua elite, em rápida adaptação ao modo de vida do vale teria então ordenado a queima de livros antigos, e desenvolvido e imposto uma nova tradição, através da qual se vinculavam à antiga nobreza tolteca, o que bem cedo perceberam ter inestimável valor religioso e político<sup>32</sup>. As lendas e mitos fundadores mexicas descritas em seus códices e narradas por cronistas como José Acosta e Bernardino de Sahagún já eram, portanto, relatos que incorporavam, à tradição mexicana original, uma visão de mundo – inclusive de mundo urbano – que era fruto do desenvolvimento de sucessivas sociedades, caracteristicamente urbanas.

### *Maracanan*

Tal visão tem em sua matriz elementos herdados, em vários níveis, da fundamental cidade de Teotihuacán, que se destaca na história urbana da mesoamérica por seu porte e incomparável grau de influência.

Tendo encontrado seu apogeu entre os séculos V ou VI d.C., Teotihuacán contava, nesse período, com pelo menos 50 mil habitantes e era dotada de uma estrutura socio-econômica bastante diversificada, existindo indicações de que pudesse ser o centro de um grande reino ou de uma confederação de povos. Para Rene Millon, Teotihuacán já era um importante centro comercial desde 100 a.C. graças a uma localização privilegiada, e no período de seu zênite se distinguia radicalmente dos demais assentamentos urbanos, sendo o local onde teria se produzido, com efeito, a revolução urbana do Novo Mundo<sup>33</sup>. Mesmo após seu declínio e queda, por volta de 650 d.C., Teotihuacán manteve seu poder simbólico e, ainda nos tempos de Motecuzoma, era comum o imperador asteca realizar peregrinações à ‘cidade dos deuses’.

A pesquisa de Millon nos chama a atenção para alguns dados importantes acerca da estruturação dessa cidade. O levantamento de planos que realizou, mostra como as ruas da cidade, assim como a grande maioria de seus edifícios, teriam sido dispostos segundo as linhas de uma malha bastante precisa, que se alinhava com o centro da cidade um conjunto de estruturas designadas como Grande Complexo e Cidadela, onde se encontrava o templo de Quetzacoatl. Essa malha teria como unidade modular básica um quadrado com cerca de 57 metros e seus múltiplos, tendo inclusive o rio que cruzava o centro da cidade sido canalizado para se ajustar a ela. Dois eixos orientavam a malha: um Norte-Sul, que equivalia à rua principal da cidade, a Rua dos Mortos, tendo na Pirâmide da Lua o extremo Norte; e outro Leste-Oeste, subordinado ao primeiro, que se projetava a uma mesma distância das laterais do Complexo e da Cidadela. Observando o traçado da cidade como um todo, ainda era possível se perceber uma zona com cerca de 300 metros de largura que formava uma linha que separaria nitidamente a cidade e o campo.

O formidável esforço demandado para alinhar toda uma cidade, a despeito da topografia da área, onde mesmo um rio deveria se adequar ao planejamento urbano, demonstra a centralidade desse espaço no imaginário de seus habitantes, que se distinguia qualitativamente do espaço rural, como se percebe pela separação intencional de ambas as zonas.

*Janeiro | Dezembro 2011*

A influência arquitetônica de Teotihuacán pode ser observada mesmo em regiões mais afastadas – tanto pelo tempo quanto pelo espaço: sua contemporânea zapoteca, Monte Albán, localizada mais ao Sul, adotou elementos caracteristicamente teotihuacanos como o talude e o tabuleiro<sup>34</sup>, assim como também o fizeram os toltecas, povo chegado do Norte séculos após a queda do grande centro urbano, em sua capital, Tula. O próprio Millon ressalta as grandes semelhanças observáveis entre Teotihuacan e a capital asteca, entre as quais destaca a divisão de ambas as cidades em quadrantes, possivelmente distritos administrativos na cidade do período clássico como os eram em Tenochtitlán.

Esta, assim como muitas de tais permanências, no entanto, relacionam-se mais diretamente com o fato de própria visão urbana dos povos mesoamericanos de um modo geral estar intrinsecamente ligada com sua religião, que, ademais, desempenhava um papel central em todos os aspectos de suas sociedades. Todos os atos de suas vidas pública e privada eram permeados por ritos e crenças que dominavam sua mentalidade e direcionavam muitas de suas ações. Nesse sentido, a cidade era um espaço sagrado, e, como tal, deveria ser moldada não por finalidades pragmáticas, mas por fins transcendentais. O mundo urbano mesoamericano era, assim, repleto de simbolismos que, como ocorria nas cidades espanholas, interferiam no plano físico.

Laurette Séjourné, tentando decodificar o pensamento do México antigo – trabalho necessariamente atrelado ao estudo de sua religião – volta-se também para Teotihuacán e suas características urbanas para realizar importantes apontamentos acerca do mundo simbólico mesoamericano, salientando também seu papel central no imaginário da região e a perenidade de seu legado. Suas ruínas eram solo sagrado ainda para os astecas, para quem seu nome significava ‘Cidade dos Deuses’ em *nahuatl*, pois acreditavam que aqueles que eram enterrados naquela cidade, fundada para a glória de Quetzacoatl, seriam tocados pelos deuses, dessa forma não morrendo, mas sim despertando do sono em que haviam vivido e se tornando, assim, também deuses.

Para Séjourné, Quetzacoatl, a Serpente Emplumada nada mais representava do que o homem consciente, de modo que sua cidade evocava, então,

*el concepto de la divinidad humana y señala que la ciudad de los dioses no era otra que el sitio donde la serpiente aprendía milagrosamente a volar;*

*Maracanan*

*es decir, donde el individuo alcanzaba la categoría de ser celeste por la elevación interior*<sup>35</sup>.

A cidade teria, assim, sido construída funcionalmente com essa finalidade, o que poderia ser percebido em seu centro cerimonial, dividido em duas seções, o céu e a terra, ligados pela vasta avenida ascendente que marca seu eixo. Na parte mais alta se encontra as pirâmides do Sol e a Lua, enquanto na parte baixa há um quadrilátero com quatrocentos metros de lado que encerra o templo de Quetzacoatl. A seção celeste seria então marcada por construções de grande altura, enquanto a terrestre apresentava uma harmoniosa série de linhas horizontais, com o monumento solar ditando a orientação de todos os outros. A rua dos Mortos, segundo a visão da autora, deveria ser um caminho a ser percorrido pelo ‘aspirante a deus’, onde, em meio a rota, existiam edifícios que pareciam cumprir funções cerimoniais específicas, correspondentes à sua cosmogonia, com a ascensão à zona divina sendo o degrau final dessa Iniciação.

Quaisquer que sejam os significados simbólicos que a posição e forma dos edifícios da cidade possuísem dentro da cultura dos teotihuacanos, cujo sentido exato possivelmente está perdido no tempo, seu caráter era certamente cosmogônico – traço comum às demais cidades mesoamericanas. O mundo urbano era sagrado, e este incorporava elementos recorrentes, como sistemas de planos baseados em quadrados e triângulos, a orientação dos astros, como a lua, vênus e, principalmente, o sol; e os cinco pontos cardeais – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro – estes últimos se revestindo de vital importância para noção mesoamericana de espaço.

Essa noção fundamental, segundo Soustelle, teria algumas características bem perceptíveis: em primeiro lugar, não existiria ‘um espaço’ ou ‘o espaço’ e sim ‘espaços’ distintos, heterogêneos, dotados de propriedades singulares. Tudo o que se encontrasse dentro de um desses espaços, automaticamente receberia as propriedades equivalentes àquele espaço. O Leste, por exemplo, enquanto região da juventude e da aurora, seria também habitado por deuses jovens. Em segundo lugar, a crença que, ainda que distintos, esses quartéis do universo se interpenetrariam em alguns pontos como reflexos ou ecos, o que produziria em certas regiões combinações de alta complexidade. Por fim, do mesmo modo que haveriam vários espaços, haveriam também vários

*Janeiro | Dezembro 2011*

tempos. Além disso, cada espaço estaria ligado a um ou a vários tempos, que absorveriam as propriedades daquele espaço. A mentalidade mexicana, desse modo, não conheceria o espaço e o tempo abstratos, mas sim estando ligados a locais e a acontecimentos. Haveria assim dias do Leste, anos do Norte, etc. O quinto ponto cardeal, o Centro, representava o encontro dos outros quatro, ponto de encontro entre o céu e a terra, onde se totalizariam as particularidades do espaço<sup>36</sup>.

A cidade era, nesse sentido, um microcosmo deste espaço, alinhada e estruturada a partir dos pontos cardeais, formando uma malha invisível onde padrões geométricos reproduziam-se continuamente. Em meio a tal padrão, dois eixos geravam quadrantes que dividiam o espaço e lhe conferiam propriedades distintas, a partir de um centro que concentraria as qualidades dos demais. Tais características podem ser mais ou menos perceptíveis dependendo da cidade, mas certamente são predominantes em Teotihuacán e Tenochtitlán. Voltemos então o olhar para esta última.

Tenochtitlán fora erguida, segundo o mito fundador, num ponto onde uma águia, pousada sobre um cacto, devorava uma serpente – indicação divina do deus asteca tribal, Huitzilopochtli. O primeiro templo construído em honra a esse deus teria sido construído exatamente sobre esse ponto, templo bem modesto, a princípio, reedificado pelos sucessivos soberanos, cada vez mais imponente, moldando-se acima dele pirâmides e santuários, porém sempre no local consagrado inicialmente pelo próprio Huitzilopochtli (significativamente, os espanhóis destruíram o templo, erguendo sobre ele uma catedral). Ao redor deste templo, foram sendo erigidos os palácios imperiais e os grandes eixos ao longo dos quais a cidade cresceu. As ilhas primitivas onde se instalaram os astecas logo daria lugar a um complexo urbano interligado e organizado. Cada um dos quadrantes que assim se formava era então subdividido em *barrios* ou *tlaxillacalli*, componente territorial primário para a administração interna. Acosta nos descreve a passagem da cosmogonia mexica onde o ídolo de pedra, que falava por Huitzilopochtli, determina a organização desse espaço urbano – e sagrado:

*Di a la congregación mejicana que se dividan los señores, cada uno com sus parientes y amigos y allegados, en cuatro barrios principales, tomando en medio la casa que para mi descanso habéis hecho, y cada parcialidad edifique*

*Maracanan*

*en su barrio a voluntad. (...) Después de divididos los mejicanos en estos cuatro barrios, mandóles su dios que repartiesen entre si los dioses que el les señalase, y cada principal barrio de los cuatro nombrese y señalase otros barrios particulares, donde aquellos dioses fuesen reverenciados, y así a cada barrio de estos eran subordinados otros mucho pequeños, según el número de los idolos que su dios les mandó adorar, los cuatro llamaron capultetco, que quiere decir dios de los barrios*<sup>37</sup>.

A passagem nos transmite não apenas o aspecto sagrado da organização urbana, como também a forma como, valendo-se do pensamento mítico, a elite que administrava a cidade implementou um ordenamento espacial. No coração desta organização encontrava-se o templo, ou seja, o Centro, representando o âmago da cidade, sob a vigilância do qual se desenvolveriam as demais direções da cidade.

A importância e significado de tais fatos são bem claros para Soustelle:

*A cidade mexicana é, em primeiro lugar, o templo: o glifo, que significa “queda de uma cidade” é o símbolo de um templo parcialmente destruído e incendiado. Nessa “casa de deus” — é o que significa a palavra asteca “teocalli” — se resume e se concentra a própria essência da cidade, do povo e do Estado*<sup>38</sup>.

A etimologia de alguns outros termos em *nahuatl* ainda podem nos oferecer mais algumas aproximações do significado do mundo urbano para os astecas. Joyce Marcus a partir do *Vocabulario en Lengua Castellana y Mexicana* (1571) de Alonso De Molina, chama a atenção para como o termo *altepetl* significava não apenas *pueblo*, mas também *pueblo de todos juntamente, rey e provincia*. O termo era ainda radical de uma série de outras importantes palavras derivadas, como *altepetlianca*, *sujeto o comarca de ciudad*; *altepenayotl*, *principal ciudad que es cabeza de reyno*; *altepetenametica*, *ciudad cercada de muro* e *atepetequipanoliztli*, obra pública ou ofício público<sup>39</sup>.

Fica bem nítido, desse modo, que a cidade, para o asteca, não era apenas seu espaço físico. Concatenava-se com uma forte visão simbólica impregnada por aspectos religiosos uma mentalidade que entendia o espaço urbano como sua estrutura física, seus habitantes, seus governantes e seu território. Mais do que isso, esta confluência de significados expressa uma noção de coletividade

*Janeiro | Dezembro 2011*

entre os astecas que não encontrava paralelos no mundo europeu. A cidade era seus habitantes. A cidade era seu rei. E, como colocou Soustelle, a cidade era o templo. Do mesmo modo, a obra pública ou o ofício público eram elementos à cidade, ou seja, era o mundo urbano, e não o rural, que estava associado às funções de poder, tanto no âmbito do sagrado quanto do administrativo. Do mesmo modo, o termo *altepenayotl* demonstra a presença de uma hierarquização de cidades dentro da visão mexica, o que implica em uma certa complexidade de entendimento deste tipo de espaço. Em suma, o que tentamos dizer é que a cidade, para o asteca, não era um mero ambiente irrefletido, com eventuais significações religiosas. Tratava-se de um ambiente ‘pensado’, entendido de dada forma, cuja compreensão interferia no próprio transcurso da sociedade.

Esta mentalidade específica produzia e era produzida – num movimento circular – uma intensa dinâmica urbana composta por uma religião que participava das funções de Estado; um aparato burocrático que criava uma rede hierárquica dentro da cidade e entre as cidades que deviam tributos à capital; uma ampla atividade comercial em plena expansão; um aparato educacional altamente organizado; uma produção cultural diversificada e tipos de sociabilidades tipicamente citadinos, uma vez que envolviam a variedade de especialização de funções que só se observa nesses ambientes.

Todos estes fatores precisaram ser levados em conta pela colonização espanhola, produzindo assim um modelo com significativas distinções para com outras áreas da hispano-América, no qual, ademais, as continuidades podem ser percebidas mesmo em características do aspecto físico mantido pela cidade reconstruída por Cortéz.

Após estas considerações sobre a dinâmica urbana pré-Conquista, nos parece ficar bem clara a necessidade de pensar a História Colonial da América espanhola como uma continuação da História Antiga da América, não como uma ruptura. Se nos é cara a dinâmica urbana hispano-americana para compreender o processo de ocupação espanhola da região, seja em termos políticos, econômicos ou identitários; é preciso observar não que temos um painel completo desta dinâmica se desconsiderarmos a realidade pré-existente do continente.

A Espanha imaginou seus domínios no Ultramar em a partir da justificativa da ‘evangelização’, a ser efetivada a partir do ‘povoamento’, direcionado por noções de controle e ordem. Nesta mentalidade, destacava-se o papel

*Maracanan*

fundamental da Reconquista. O longo processo de expulsão dos mouros, que de algum modo se associava ao próprio ideal das Cruzadas, estabeleceu um relacionamento entre o Estado e a Igreja na Espanha mais estreito do que em Portugal, e a idéia de continuidade de tal processo na ocupação do continente americano deu à sua execução um caráter transcendental e divino. Além disso, as cidades criadas no Novo Mundo absorveram muito das ‘cidades de fronteira’ da região central da Espanha, habitadas inicialmente por povoadores que eram também ‘homens da fronteira’. Cidades que não eram entrepostos comerciais como as portuguesas, mas encaves semi-militares que, como tais, deviam seguir rígida ordenação, hierarquização e categorização – tanto do espaço em si quanto de seus habitantes. A Reconquista gerou, portanto, no espanhol, uma mentalidade que atingia todas as dimensões de sua cultura, delineando muitas de suas escolhas em uma direção original.

Restava transferir essa noção do mundo das idéias para o mundo físico.

O obstáculo maior para a concretização dessa forma como a Espanha idealizou o sistema que pretendia ‘criar’, foi o fato de incluir, como premissas, uma noção de ser a realidade preexistente amorfa e inerte, sendo a Coroa, assim, capaz de controlar severamente os rumos do mundo que estava organizando. Na prática, é claro, isso se mostrou impraticável. Embora ‘domado’, o mundo antigo da América jamais pode ser ignorado, e sua influência, de variados modos, pôde ser sentida em todos os aspectos da vida colonial. Aparentemente já superamos 1492 como ‘data de nascimento da América’, mas na prática, não é o que observamos, e os processos e dinâmicas das sociedades subjugadas pelos espanhóis continuam apartados dos eventos posteriores; a história ‘pré-colombiana’ continua a ser um capítulo separado da História das Américas na maioria dos estudos. Não é, porém, o que podemos perceber quando aproximamos mais o olhar dos fenômenos históricos desta região.

Assim, entendemos que, do mesmo modo que o mundo urbano hispano-americano, homogêneo a princípio, se diversificou ganhando contornos regionais próprios devido às imensas distâncias que separavam um núcleo de outro, às soluções que teve que encontrar para se adaptar a condições geográficas bem distintas, à base da economia que pode implementar de acordo com tais condições; também ele se moldou a partir da influência dos grupos nativos específicos, em sua infinita multiplicidade cultural, por quem estavam rodeados. No caso do México, talvez com maior ressaltado.

*Janeiro | Dezembro 2011*

## Notas e Referências

- 1 Seus relatos foram elaborados a partir de outras fontes às quais teve acesso, além do próprio Hernán Cortez, de quem era capelão.
- 2 REAL PROVISION DE CARLOS I de 1542. Disponível em <http://www.lablaa.org/blaavirtual/historia/colonia2/1.htm>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- 3 ORDENANZAS DE FELIPE II *sobre descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias*. Disponível em [http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas\\_de\\_Felipe\\_II\\_sobre\\_descubrimiento\\_nueva\\_1176.shtml](http://www.biblioteca.tv/artman2/publish/1573-382/Ordenanzas_de_Felipe_II_sobre_descubrimiento_nueva_1176.shtml). Acesso em: 12 jan. 2008.
- 4 O uso do termo ‘conquistador’ é explicitamente vetado pela própria *ordenanza*, sendo ‘descobridor’ o termo utilizado em todo o documento.
- 5 Esse tema é bastante aprofundado pelo artigo de HERZOG, 2003.
- 6 Francisco Lopes GÓMARA. *Historia de la Conquista de Mexico* vol II. México: Editorial Pedro Robredo, 1943.
- 7 Hernán CORTEZ. *A Conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- 8 Serge GRUZINKI. “A guerra das imagens e a ocidentalização da América”. In: Ronaldo VAINFAS (org). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1992.
- 9 Serge GRUZINSKI. “Las repercusiones de la Conquista: la experiencia novohispana.” In: Carmen BERNAND (org). *Descubrimiento, conquista y colonización de América a quinientos años*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- 10 Frei Geronimo de MENDIETA. *História Eclesiástica Indiana*. México: Porrúa, 1980.
- 11 *Op cit.* p.224.
- 12 Angel RAMA. “La ciudad letrada.” In: PIZARRO, Ana. *América Latina: Palabra, Literatura e Cultura. vol 1: A Situação Colonial*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1993.
- 13 CENTURIÃO. *Significados da Diversidade: Cidade e cultura na América Espanhola*. Santa Cruz do Sul: EDINISC, 2000.
- 14 Bernardo de Vargas MACHUCA. *Milicia y Descripción de las Indias*. Madrid: Libreria de Victoriano Suarez, 1892. Vol II
- 15 Richard MORSE. “O Desenvolvimento Urbano da América Espanhola Colonial.” In: Leslie BETHEL. *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. Vol II. São Paulo: EDUSP, 1998.

## Maracanan

- 16 José Luis ROMERO. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- 17 A comparação foi realizada a partir das atas de fundação das cidades e vilas de Natá, Trujillo, la Frontera de Caceres, Santiago de los Caballeros, Los Reyes, Puerto de Caballos, Merida e La Paz, todas transcritas integralmente em COMPAÑY, Idem.
- 18 José Luis ROMERO. *Op.cit.*, p.45.
- 19 CENTURIÃO . *Op. cit.*. p.22-30.
- 20 Hernán CORTEZ. *Op. cit.*. p. 63.
- 21 Sobre a questão do outro, é referencial o trabalho de TODOROV (2003). É significativa a passagem onde ele analisa a forma como Cortéz encara a cultura mexicana, em especial no que diz respeito à sua cidade: “As cidades dos mexicanos, pensa Cortéz, são tão civilizadas quanto as dos espanhóis, e ele dá uma prova curiosa disso: “*Há muita gente pobre que, nas ruas, nas casas e nos mercados implora aos ricos, como fazem os pobres na Espanha e em outros países onde há gente racional*” Na verdade, as comparações sempre favorecem o México (...).” p.184.
- 22 Sergio Buarque de HOLANDA. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- 23 Angel RAMA. *Op. Cit.*. p.575.
- 24 Jacques SOUSTELLE. *Os Astecas na véspera da conquista espanhola*. São Paulo: Cia da Letras, 2001. Não há um consenso sobre a população de Tenochtitlán, e as estimativas comumente sofrem uma variação absurda de autor para autor. Os números apresentados por Soustelle, no entanto, além incluírem um espaçamento do tamanho das dúvidas existentes, parecem se localizar em um meio termo de outras estimativas.
- 25 Bernal Diaz de CASTILLO. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. Buenos Aires: Espasa-Calpa Argentina, 1955.
- 26 Hernán CORTEZ. *Op. cit.* p.62-64.
- 27 *Idem.*
- 28 Bernal Diaz de CASTILLO. *Op.cit.*, p. 196
- 29 *Idem.*
- 30 *Idem.*
- 31 Stuart B. SCHWARTZ & James LOCKHART. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- 32 Miguel LEÓN-PORTILLA. “A Mesoamérica antes de 1519.” In: Leslie BETHEL (org) *Historia da América Latina – A América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP, 1998. vol I.
- 33 Rene MILLON. “Teotihuacán.” In: *Selecciones de Scientific American. La Ciudad: su origen, crecimiento e impacto en el hombre*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1976.
- 34 Elementos arquitetônicos caracterizados, respectivamente, como um declive ou inclinação que se dá à superfície de um muro, semelhante a uma rampa, e como um patamar com rebordos, em geral, salientes.
- 35 Laurette SÉJOURNÉ. *Pensamiento y Religión en el Mexico Antiguo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
- 36 Jacques SOUSTELLE. *El Universo de los Aztecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- 37 José de ACOSTA. *Obras del P. José de Acosta*. Madrid: Atlas, 1954.
- 38 Jacques SOUSTELLE. *Op cit.* 2001.
- 39 Joyce MARCUS. “On the Nature of the Mesoamerican City.” In: M.E. SMITH; M. MASSON (Eds). *The Ancient Civilizations of Mesoamerica*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

